



COMUNIDADE: LUGAR E EXPRESSÃO FUNDAMENTAIS DA SINODALIDADE

COMMUNITY: FUNDAMENTAL PLACE AND EXPRESSION OF SYNODALITY

FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR

Resumo: Missão e sinodalidade são as categorias eclesiológicas fundamentais do processo de renovação eclesial desencadeado por Francisco. Trata-se, no fundo, de numa retomada e de um aprofundamento da eclesiologia conciliar que compreende a Igreja como Povo de Deus na diversidade de seus carismas e ministérios. O propósito desse artigo é insistir no vínculo constitutivo e essencial e na mútua implicação entre sinodalidade e comunidade. E isso está bem expressão no título do artigo que fala da *comunidade* como *lugar e expressão fundamentais da sinodalidade*.

Palavras-chave: Sinodalidade, Comunidade, Vaticano II, Francisco, Diretrizes.

Abstract: Mission and synodality are the fundamental ecclesiological categories of the process of ecclesial renewal set in motion by Francis. It is, at bottom, a question of a retaking and a deepening of the conciliar ecclesiology which understands the Church as the People of God in the diversity of its charisms and ministries. The purpose of this article is to insist on the constitutive and essential bond and mutual implication between synodality and community. This is well expressed in the title of the article which speaks of community as the fundamental place and expression of synodality.

Keywords: Synodality, Community, Vatican II, Francis, Guidelines.

Introdução

Desde o início do seu ministério pastoral, Francisco tem insistido na necessidade e urgência de um processo de renovação/conversão pastoral da Igreja em vista de uma maior fidelidade à sua missão evangelizadora no mundo. E tem destacado dois aspectos fundamentais. Por um



lado, insiste na “transformação missionária da Igreja” (EG 19-49), entendida como “saída para as periferias” geográficas, sociais e existenciais (EG 20, 30, 46, 191). Por outro lado, insiste numa “Igreja sinodal”: o “caminhar juntos” do Povo de Deus na comum dignidade e missão (igualdade fundamental) e na diversidade de carismas e ministérios (diversidade carismático-ministerial). São aspectos de um mesmo processo e que se implicam mutuamente: a *missão* deve ser assumida por todos e a *sinodalidade* tem uma perspectiva e um dinamismo missionários.

Falando dessa “renovação eclesial inadiável”, Francisco afirma que ela deve se concretizar nos diversos níveis e instâncias da vida eclesial: comunidade/paróquia, diocese, papado (EG 27-33). E começa falando daquele nível e espaço mais concretos e mais próximos da vida do povo que é a *comunidade*. Fala da paróquia como “presença eclesial no território” (EG 28) e de “outras instâncias eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação” (EG 29). Reconhece que “o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto”, fala a necessidade da paróquia se “reformular e adaptar constantemente”, constituindo-se como “comunidade de comunidades” (EG 28) e insiste na importância de que as outras instituições eclesiais “não percam o contato com esta realidade muito rica da paróquia local e que se integrem de bom grado na pastoral orgânica da Igreja particular” (EG 29). Francisco fala aqui da *comunidade local concreta* como “âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração” e como “santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar e centro de constante envio missionário” (EG 28).

E isso sintoniza profundamente com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) 2019-2023, centradas na pequena comunidade eclesial missionária. Se a reflexão sobre a *sinodalidade*, que retoma e aprofunda a eclesiologia do Concílio Vaticano II, oferece uma compreensão mais ampla da Igreja como Povo de Deus; a insistência na *pequena comunidade eclesial missionária* indica o lugar e o modo fundamentais de efetivação da sinodalidade. Nosso propósito nesse artigo é insistir que a pequena comunidade é lugar e expressão primordiais da sinodalidade. Sem comunidade concreta não há autêntica comunhão e participação eclesiais. Mais que desenvolver os temas “sinodalidade” e “comunidade”, queremos insistir no vínculo essencial ou na mútua implicação entre eles. Para isso, começaremos destacando com Francisco alguns aspectos importantes da sinodalidade; retomaremos a intuição e orientação fundamentais das últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, centradas nas “pequenas comunidades eclesiais missionárias”; e concluiremos insistindo no vínculo essencial e na mútua implicação entre sinodalidade e comunidade.



1. Sinodalidade

Não vamos fazer aqui um estudo mais amplo e aprofundado sobre a sinodalidade. Sobre isso já há muita coisa publicada.¹ Queremos simplesmente retomar e recordar alguns aspectos fundamentais dessa temática, tomando como referência sobretudo o discurso de Francisco por ocasião dos cinquenta anos da criação do Sínodo dos Bispos² e dois outros discursos que ele fez no início do processo sinodal.³

1.1 Expressão: sentido, importância

É importante começar destacando que, embora as expressões “sinodalidade” e “Igreja sinodal” não apareçam nos debates e nos textos conciliares, expressam bem e aprofundam sua compreensão da Igreja como Povo de Deus, destacando a comum dignidade e missão de todos os batizados (LG 32). Vários autores têm insistido nesse ponto.⁴ Não se pode compreender a insistência de Francisco na natureza e no dinamismo sinodais da Igreja e seu esforço por desencadear processos de sinodalidade na Igreja sem situá-lo no processo de renovação eclesial desencadeado pelo Concílio.

As expressões “sinodal” e “sinodalidade” derivam da palavra *sínodo* que significa literalmente “caminhar juntos”. Mas, enquanto a palavra “sínodo” é usada para indicar uma assembleia eclesial (evento), as expressões “sinodal” e “sinodalidade” são usadas para indicar a natureza mesma da Igreja (modo de ser e agir). A Igreja é o “caminhar juntos” do Povo de Deus na diversidade de seus carismas e ministérios.

Neste sentido, afirma Francisco, “o tema da sinodalidade não é o capítulo de um tratado sobre eclesiologia, e muito menos uma moda, um slogan ou um novo termo a ser usado ou instrumentalizado nos nossos encontros”. Ele “expressa a natureza da Igreja, a sua forma, o seu estilo, a sua missão” e, por isso mesmo, não pode ser considerado “um título entre outros, um modo de considerar [a Igreja] que preveja alternativas”.⁵

.....
¹ CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*; R. REPOLE, *O sonho de uma Igreja evangélica*; M. FRANÇA MIRANDA, *Igreja sinodal*; S. MADRIGAL TERRAZAS, *Sinodalidad e Iglesia sinodal*; C. CIPOLLINI, *Sinodalidade*; F. AQUINO JÚNIOR, *A Igreja de Jesus*; F. AQUINO JÚNIOR; J. D. PASSOS, *Por uma Igreja sinodal*; REVISTA PERSPECTIVA TEOLÓGICA 54/1; REB 82/321.

² FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

³ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma; FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

⁴ CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, n. 5-6; REPOLE, *O sonho de uma Igreja evangélica*, p. 77; MADRIGAL TERRAZAS, *Sinodalidad e Iglesia sinodal*, p. 871-885.

⁵ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.



Comentando as palavras-chave do Sínodo, “comunhão, participação, missão”, Francisco recorda que “comunhão e missão são expressões teológicas que designam o mistério da Igreja”, advertindo que “comunhão e missão correm o risco de permanecer termos meio abstratos, se não se cultiva uma práxis eclesial que se exprima em ações concretas de sinodalidade” e que “se falta uma participação real de todo o povo de Deus, os discursos sobre a comunhão arriscam-se a não passar de pias intensões”.⁶

1.2 Fundamentação teológica

Sinodalidade ou Igreja sinodal designa o “caminhar juntos” da totalidade do Povo de Deus. Enquanto tal, expressa a natureza mesma da Igreja: “Povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do ES” (LG 4), constituído como “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). Isso faz da Igreja, na diversidade de seus carismas e ministérios, uma comunidade, na qual “reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum de todos os fiéis na edificação do corpo de Cristo” (LG 32).

O fundamento dessa comum dignidade e corresponsabilidade eclesial é o batismo. A *unção do Espírito* confere o *senso da fé* e faz de todo batizado *sujeito ativo da evangelização*. Por isso mesmo, a Igreja não pode ser compreendida e configurada como uma “sociedade desigual”, como se deu no passado e continua se dando ainda hoje: “o *sensus fidei* impede uma rígida separação entre *Ecclesia docens* e *Ecclesia discens*, já que também o rebanho possui sua ‘intuição’ para discernir as novas estradas que o Senhor revela à Igreja” e a missão vinculada à unção do Espírito (ungidos para a missão) impede “pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações”.⁷

Dentre as muitas consequências que isso tem para a compreensão e organização da Igreja, duas são particularmente relevantes e se implicam mutuamente. Antes de tudo, é preciso destacar com Bento XVI que “a corresponsabilidade exige uma mudança de mentalidade, relativa, em particular, ao papel dos leigos na Igreja, que devem ser considerados não como ‘colaboradores’ do clero, mas como pessoas realmente ‘corresponsáveis do ser e do agir da Igreja’”.⁸ Mas exige igualmente uma nova compreensão e configuração do ministério ordenado. Ao mesmo tempo que fala da Igreja como Povo de Deus, destacando aquilo que é comum a todos, diz Francisco, “a sinodalidade [...] oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado

.....
⁶ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

⁷ FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

⁸ BENTO XVI, Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Fórum Internacional da Ação Católica.



para compreender o ministério hierárquico”: “dentro [da Igreja] ninguém pode ser ‘elevado’ acima dos outros”, mas “é necessário que alguém ‘se abaixe’ pondo-se a serviço dos irmãos ao longo do caminho”; “nesta Igreja, como numa pirâmide invertida, o vértice encontra-se abaixo da base. Por isso, aqueles que exercem autoridade chamam-se ‘ministros’, porque, segundo o significado originário da palavra, são os menores no meio de todos”.⁹

1.3 Caráter e dinamismo processuais

Francisco tem insistido muito que a sinodalidade é um *processo* que exige paciência e ousadia. Não se faz a toque de magia e de decreto, mas exige coragem de superar o “sempre foi assim” e ousar desencadear processos que revitalizem e criem estruturas de participação efetiva na Igreja. Ele reconhece que nos últimos tempos “deram-se alguns passos em frente”, mas reconhece também que “sente-se ainda uma certa dificuldade e somos obrigados a registrar o mal-estar e a tribulação de muitos agentes pastorais, dos organismos de participação das dioceses e paróquias, das mulheres que muitas vezes são deixadas à margem”.¹⁰ E insiste sempre na necessidade de revigorar/dinamizar os espaços e os meios de participação já existentes na Igreja e de aprofundá-los e ampliá-los para que a Igreja seja cada vez mais aquilo que é chamada a ser: sacramento de comunhão no mundo.

A perspectiva processual de Francisco o leva a reconhecer e destacar o que já existe de positivo, por mais limitado e ambíguo que seja, e, a partir daí, indicar e propor novos caminhos/processos para seu aprofundamento e sua ampliação. É importante não perder de vista que um princípio fundamental do ministério/magistério pastoral de Francisco é que “o tempo é superior ao espaço”, o que significa e implica “ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços” (EG 222-225). Seu modo ou sua estratégia de ação não é produzir rupturas drásticas, mas construir pontes, abrir caminhos, desencadear processos. Sempre com o cuidado de envolver os mais diversos sujeitos eclesiais, favorecendo e promovendo o “caminhar juntos” do povo de Deus. Sinodalidade não é apenas uma meta para Francisco, mas deve ser o modo habitual de agir na/da Igreja. E isso vale também para os processos e as estruturas de comunhão, participação e corresponsabilidade missionária.

Alguns aspectos são particularmente relevantes e destacados por Francisco nesse processo de sinodalidade eclesial: a) “Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta: cada um à escuta dos outros e todos à escuta do Espírito Santo” – “escuta de Deus até ouvir com ele o grito do povo;

⁹ FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

¹⁰ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.



escuta do povo, até respirar nele a vontade a que Deus nos chama”; b) “O caminho sinodal começa por escutar o povo [...] continua escutando os pastores [...] e culmina na escuta do bispo de Roma”; c) Exercício da sinodalidade: Igrejas particulares, instâncias intermediárias, Igreja universal; d) “Numa Igreja sinodal, o Sínodo dos Bispos é apenas a manifestação mais evidente dum dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais”; e) “O compromisso de edificar uma Igreja sinodal está cheio de implicações ecumênicas” e é como “estandarte erguido entre as nações”.¹¹ Importa, em todo caso, fortalecer/dinamizar (o que já existe) e desencadear (novos) processos de efetiva participação e corresponsabilidade eclesiais.

1.4 Resistência e dificuldades

Sendo algo tão essencial na vida da Igreja, uma vez que diz respeito à sua natureza e missão, a sinodalidade é algo extremamente complexo e difícil. E Francisco é muito lúcido e realista quanto a isso: “Caminhar juntos – leigos, pastores, bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática”;¹² “há muitas resistências em superar a imagem de uma Igreja rigidamente dividida entre líderes e subordinados, entre os que ensinam e os que têm de aprender, [...] caminhar juntos evidencia como linha mais a horizontalidade do que a verticalidade”;¹³ “sente-se ainda uma certa dificuldade e somos obrigados a registrar o mal-estar e a tribulação de muitos agentes pastorais, dos organismos de participação das dioceses e paróquias, das mulheres que muitas vezes ainda são deixadas à margem”;¹⁴ “às vezes há algum elitismo na ordem presbiteral, que a separa dos leigos; e, no fim, o padre torna-se o ‘patrão da barraca’ e não o pastor de toda uma Igreja que está avançando” e isso exige a “transformação de certas visões verticalizadas, distorcidas e parciais sobre a Igreja, o ministério presbiteral, o papel dos leigos, as responsabilidades eclesiais, as funções de governo etc.”.¹⁵

Isso leva Francisco a falar do clericalismo como “um dos males” ou uma “perversão” da Igreja:¹⁶ Ele “separa o sacerdote, o bispo, do povo”;¹⁷ “mantém [os leigos] à margem das decisões” (EG 102); “não só anula a personalidade dos cristãos, mas tende também a diminuir e a

.....
¹¹ FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

¹² FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

¹³ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.

¹⁴ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

¹⁵ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

¹⁶ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.

¹⁷ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.



subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo”, esquecendo/negando que “a visibilidade e a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo de Deus e não só a poucos eleitos e iluminados”;¹⁸ gera uma “cumplicidade pecadora”, na qual “o pároco clericaliza e o leigo lhe pede por favor que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta cômodo”.¹⁹

Frente à mentalidade e ao dinamismo clericais dominantes na Igreja, Francisco tem insistido na *natureza sinodal da Igreja* e tem se empenhado por desencadear *processos de sinodalidade* que favoreçam o desenvolvimento de uma mentalidade e de estruturas e espaços de efetiva comunhão, participação e corresponsabilidade missionária na Igreja. Exemplos concretos disso são a ampliação do processo de escuta dos últimos sínodos dos bispos (família, juventude, Amazônia), a criação da Conferência Eclesial da Amazônia (junho de 2020), a Primeira Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe (novembro de 2022), o Sínodo de 2023-2024 (tema, escuta, discernimento), a ampliação da participação das mulheres na Igreja (lava-pés, acolitado, leitorado, funções na Cúria), o ministério dos catequistas, a Reforma da Cúria (participação de leigos/as em funções de governo), dentre outros.

2. Pequenas comunidades eclesiais

Tendo destacado alguns aspectos da problemática e do desafio da sinodalidade na Igreja, queremos retomar aqui a intuição e orientação pastoral fundamentais das DGAE 2019-2023²⁰ que apresentam/propõem as “pequenas comunidades eclesiais missionárias” como caminho e prioridade pastoral para a Igreja no Brasil. É que o vínculo e a mútua implicação entre sinodalidade e comunidade é muito mais estreito do que parece, de modo que o processo sinodal em curso e as atuais DGAE podem se enriquecer e abrir ou ao menos apontar uma perspectiva de renovação eclesial muito fecunda e eficaz. Se o processo sinodal em curso (escuta, reflexão, processos, estruturas) oferece uma compressão mais ampla da Igreja (natureza, modo de ser e agir) que favorece uma recepção mais criativa e fecunda das DGAE, as “pequenas comunidades eclesiais” são o lugar primeiro e fundamental da sinodalidade: comunhão, participação e missão.

Não vamos fazer aqui um estudo amplo e aprofundado das DGAE 2019-2023.²¹ Tampouco entraremos no debate mais complexo da opção pela expressão “comunidades eclesiais mis-

.....
¹⁸ FRANCISCO, Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina.

¹⁹ FRANCISCO, Discurso aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-americano por ocasião da reunião geral de coordenação.

²⁰ CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. A partir de agora, os números entre parênteses, sem outra indicação, remetem a números desse documento.

²¹ AQUINO JÚNIOR, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*.



sionárias” em vez de “comunidades eclesiais de base” (questão apenas de expressão/terminologia ou perspectiva/modelo eclesial??).²² Nosso propósito é mais modesto e mais concreto. Vamos apenas destacar a *novidade/especificidade* das atuais diretrizes, particularmente no que diz respeito às “pequenas comunidades eclesiais” como prioridade pastoral para a ação evangelizadora da Igreja.

2.1 DGAE 2019-2023

As atuais DGAE se inserem na longa tradição de planejamento pastoral da Igreja do Brasil²³ e “constituem uma das expressões mais significativas da colegialidade e da missionariedade da Igreja do Brasil” (2). Esse processo de planejamento pastoral, desde o início, foi profundamente marcado pela forma de pensar e planejar a ação da Igreja desenvolvida e sistematizada pela Ação Católica e proposta para toda a Igreja pelo papa João XXIII na Encíclica *Mater et Magistra*: “ver, julgar, agir” (MM 232).²⁴ E esse dinamismo está bem expresso no texto das DGAE:

Vocacionada a evangelizar, a Igreja se volta incessantemente ao seu Senhor para, nele e com ele, compreender a realidade em que se encontra e discernir caminhos para cumprir a tarefa missionária dele recebida.²⁵

A Igreja, sacramento universal de salvação, anuncia sempre o mesmo Evangelho. Nessa missão, ela é chamada a *acolher, contemplar, discernir e iluminar* com a Palavra de Deus a complexa gama de elementos culturais, sociais, políticos e éticos que constituem a realidade à qual é enviada. Só a partir deste diálogo com a realidade, em constante mutação, ela será capaz de fazer com que o Evangelho chegue aos corações das pessoas, às estruturas da sociedade e às diversas culturas (41).

Esses textos indicam de modo muito claro os três elementos fundamentais que caracterizam, estruturam e dinamizam um planejamento pastoral: 1) a missão evangelizadora; 2) a realidade onde a Igreja está inserida e deve realizar sua missão; 3) o discernimento das urgências e dos caminhos na realização da missão nesse contexto.

O texto das atuais DGAE está organizado em quatro capítulos. O capítulo 1 está centrado naquilo que constitui o cerne da missão cristã: *O anúncio do Evangelho de Jesus Cristo* (fidelidade

.....

²² AQUINO JÚNIOR, *Comunidades Eclesiais de Base: De Medellín-Puebla aos nossos dias*, p. 94-105.

²³ FREITAS, *Uma opção renovada*.

²⁴ BRIGHENTI, *O Método Ver-Julgar-Agir*.

²⁵ CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, p. 8.



a JC, Igreja comunidade de discípulos missionários, anúncio em palavras e gestos, desafio da cultura urbana, formação de comunidades missionárias como resposta ao contexto urbano). O capítulo 2 trata do *olhar de discípulos missionários* sobre a cidade (contemplação de um mundo em transformação, presença de Deus nesse mundo, a vida na grande cidade mundial, sinais da presença do Senhor nesse mundo). E os capítulos 3 e 4 tratam da “*comunidade eclesial missionária* como ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (144), apresentando-a “como prioridade da ação evangelizadora” ou “referencial concreto para a conversão pastoral” (36). O cap. 3 fala da *Igreja nas casas* ou da Igreja como “casa”, sustentada por “quatro pilares”: Palavra, Pão, Caridade, Ação Missionária. A comunidade se constitui como “lugar para o cultivo e vivência dos valores do reino” (74), como um “conjunto de relações” (76) e configura a Igreja como “rede” de comunidades (84) ou como “comunidade de comunidades”. E o cap. 4 fala da *Igreja em missão* que tem como “modelo” a “comunidade dos primeiros cristãos”, caracterizada por um “estilo de vida” e como “testemunho evangélico” (125). Indica alguns desafios e caminhos para a configuração da Igreja como “casa” (129-143), sustentada pelos “pilares” da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária (144-202).

2.2 Perspectiva pastoral

Conforme indicamos acima, o planejamento pastoral tem que considerar três aspectos em sua mutua implicação: a missão evangelizadora, o contexto/realidade e as urgências e os caminhos pastorais. Se a missão da Igreja é *sempre a mesma* (Evangelho de Jesus Cristo), sua forma de realização *nunca é a mesma* (realidade, contexto, desafios). Daí a necessidade constante de avaliação e discernimento de caminho/estratégias pastorais. Daí o processo constante de revisão e atualização das diretrizes pastorais-evangelizadoras da Igreja no Brasil. Ele está sempre ligado aos desafios e às urgências que brotam da realidade. E isso vale, evidentemente, para as novas DGAE. Sua novidade maior está ligada, por um lado, à leitura da realidade brasileira e de seus desafios para a ação evangelizadora da Igreja e, por outro lado, ao discernimento de prioridades e caminhos para a ação pastoral-evangelizadora da Igreja nesse contexto.

A) REALIDADE BRASILEIRA

O texto reconhece a importância e a necessidade de compreensão da realidade para o desenvolvimento da missão da Igreja e até indica alguns traços ou características dessa realidade (9, 27, 30, 32, 41, 49-65). Reconhece também que “a realidade é complexa” e que, “ao buscar sua compreensão do que está ocorrendo”, a Igreja “destaca [alguns] aspectos” e “deixa de acentuar outros elementos” (42). E, ao se perguntar pelos “aspectos [do] atual momento histórico [que] interpela



o modo de viver sua missão” (42), vai centrar seu olhar e sua análise nas profundas transformações culturais que estão ocorrendo no mundo atual – verdadeira “mudança de época” (43, 44, 46) que encontram na *cultura urbana* seu solo mais fecundo e sua expressão por excelência.

Não só insiste no caráter urbano da sociedade brasileira, mas concentra sua atenção nos aspectos culturais dessa realidade. É verdade que o texto afirma claramente que as cidades “são construídas a partir do encontro das estruturas físicas com as relações humanas e sociais” (29). E é verdade que o texto indica vários desafios socioestruturais: pobreza, desemprego, condições precárias de trabalho, habitação, devastação ambiental, falta de saneamento básico e espaços de convivência, violência, solidão (30). Mas sua abordagem está centrada nas profundas transformações culturais que ocorreram em nossa sociedade e que estão ligadas ao “estilo de vida” e à “mentalidade” próprios da cidade, embora “alcançando os rincões mais distantes, com todas as consequências – humanas, éticas, sociais, tecnológicas e ambientais” (28). Nessa perspectiva, “pensar a relação entre evangelização e cultura urbana torna-se um imperativo à ação evangelizadora” (28).

B) AÇÃO PASTORAL-EVANGELIZADORA

A leitura da atual realidade brasileira leva as DGAE a insistir na “relação entre evangelização e cultura urbana” (28). Trata-se de “fazer com que o Evangelho chegue ao coração das pessoas, às estruturas sociais e às diversas culturas” (41). Isso exige cominhos, estratégias, prioridades. E aqui aparece a grande aposta dessas diretrizes: “pequenas comunidades eclesiais missionárias” (33, 36, 82, 125, 126, 144).

Elas aparecem como “resposta” (203), “meta” (128) e “prioridade da ação evangelizadora” e, assim, como “referencial concreto para a conversão pastoral” (36) no contexto urbano: “oferecem um *ambiente humano de proximidade e confiança* que favorece a partilha de experiência, a ajuda mútua e a inserção nas mais variadas situações” (34); são um “ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, viver a fraternidade, animar a oração, aprofundar processos de formação continuada da fé, fortalecer o firme compromisso do apostolado na sociedade de hoje” (82); “vencem o anonimato e a solidão, promovem a mútua ajuda e se abrem para a sociedade e para o cuidado da casa comum” (84); ajudam a “encontrar *critérios* para a interpretação e interação com a realidade” (28); favorecem o cultivo de carismas e ministérios (86,87); “oferecem ambiente e meios para a iniciação à vida cristã e para uma formação sólida, integral e permanente” (36). Por todas essas razões, a “pequena comunidade eclesial” aparece como lugar primeiro e fundamental de sinodalidade: comunhão, participação e missão.



Mas não se deve esquecer que, para além de resposta pastoral ao contexto atual, comunidade e missão são dimensões essenciais, constitutivas e permanentes da fé cristã que é essencialmente comunitária: é fé *da* Igreja, vivida e testemunhada *em/como* Igreja. A comunidade é, ao mesmo tempo, “ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (144); “estilo de vida” e “testemunho do Evangelho encarnado na história, encravado nas realidades, comprometido com as dores e as lutas [...] do nosso país” (125). “Comunidade e missão” são inseparáveis; “são como dois lados da mesma moeda” (7, 18). O caráter eclesial da comunidade está bem expresso no texto com a imagem dos “pilares” que a sustentam: Palavra, Pão, Caridade, Missão (8, 83, 129, 144, 205) e que “correspondem à natureza mesma da Igreja” (205).

Considerações finais

A grande intuição pastoral/evangelizadora das DGAE 2019-2023 está precisamente na aposta nesse caminho que são as “pequenas comunidades eclesiais missionárias”. E esse caminho sintoniza profundamente com o apelo de Francisco a uma conversão sinodal da Igreja, já que a pequena comunidade é o lugar primeiro e mais fundamental de comunhão, participação e corresponsabilidade missionária na Igreja. Sem comunidade não há efetiva comunhão, participação e corresponsabilidade missionária.

Infelizmente, essa intuição/orientação/prioridade pastoral fundamental não tem sido tomada em sério no planejamento e acompanhamento pastoral nos vários regionais da Igreja no Brasil: seja pela dificuldade de formar comunidades: tradição mais devocional e sacramental do catolicismo (não tanto de comunidade), agravada pela tendência mais subjetiva e/ou individualista da atual cultura urbana; seja pela forma como tem se dado, em geral, a recepção das DGAE nos regionais e nas dioceses, centrada nos *pilares* (acomodação do que existe ao esquema pilares; fragmentação dos grupos) e não na *pequena comunidade* (criação, revitalização, articulação).

Retomar essa intuição e orientação fundamentais das diretrizes no atual contexto de renovação sinodal da Igreja parece algo muito fecundo, necessário e urgente. A renovação sinodal da Igreja ajuda perceber que a comunidade é mais que uma estratégia ou prioridade pastoral vinculada a um determinado contexto. Está em jogo a dimensão comunitária da fé. E a formação de pequenas comunidades (territoriais e ambientais) torna possível a vivência efetiva da comunhão, participação e corresponsabilidade missionária na Igreja. Sem comunidade não há efetiva sinodalidade.

Concluindo essa reflexão sobre as DGAE no contexto mais amplo do processo de renovação sinodal da Igreja, queremos insistir na importância fundamental da “pequena comunidade



eclesial”: a) fundada na Palavra, no Pão e na Caridade; b) constituída como lugar de oração e vida fraterna, de carismas e ministérios, de anúncio do Evangelho e compromisso com os pobres e marginalizados. Certamente, a sinodalidade não se esgota na pequena comunidade, mas sem comunidade concreta não há efetiva sinodalidade. Daí sua importância fundamental e decisiva no processo de renovação sinodal da Igreja.

Referências

- AQUINO JÚNIOR, F. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023. *Perspectiva Teológica* v. 51, n. 3 (2019), p. 539-554.
- AQUINO JÚNIOR, F. Comunidades Eclesiais de Base: De Medellín-Puebla aos nossos dias. *Cuestinoes Teológicas*, v. 47, n. 107 (2020), p. 94-105.
- AQUINO JÚNIOR, F. *A Igreja de Jesus: missão e constituição*. São Paulo: Paulinas, 2021.
- AQUINO JÚNIOR, F.; PASSOS, J. D. *Por uma Igreja sinodal: reflexões teológico-pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022.
- BRIGHENTI, A. *O método ver-julgar-agir: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BENTO XVI. Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Fórum Internacional da Ação Católica, realizado em Iasi, na Romênia (10/08/2012). Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/pont-messages/2012/documents/hf_ben-xvi_mes_20120810_fiac.html
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Brasília: CNBB, 2019.
- CIPOLLINI, Pedro Carlos. *Sinodalidade: tarefa de todos*. São Paulo: Paulus, 2021.
- CTI – COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. *Discurso aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-americano por ocasião da reunião geral de coordenação*, durante a Visita Apostólica ao Brasil, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude (28/07/2013). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-celam-rio.html.
- FRANCISCO. *Discurso em comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos* (17/10/2015). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html.



- FRANCISCO. *Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina* (19/03/2016). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html.
- FRANCISCO. *Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma* (18/09/2021). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/september/documents/20210918-fedeli-diocesiroma.html>.
- FRANCISCO. *Momento de reflexão para o início do percurso sinodal* (09/10/2021). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/october/documents/20211009-apertura-camminosinodale.html>.
- FRANÇA MIRANDA, M. *Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- FREITAS, M. C. *Uma opção renovada: a Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral*. Estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.
- JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Mater et Magistra: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- MADRIGAL TERRAZAS, Santiago. Sinodalidad e Iglesia sinodal: sus fundamentos teologales a la luz del Concílio Vaticano II. *Sal Tarrae* 107 (2019), p. 871-885.
- REPOLE, Roberto. *O sonho de uma Igreja evangélica: a eclesiologia do Papa Francisco*. Brasília: CNBB, p. 2018.
- REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. *Sinodalidade e renovação eclesial*, v. 82, n. 321 (2022).
- REVISTA PERSPECTIVA TEOLÓGICA. *Sinodalidade*, v. 54, n. 1 (2022).
- VATICANO II. *Mensagens, discurso, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007.

Dados do autor

Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE; doutor em teologia pela Westfälischen Wilhelms-Universität de Münster – Alemanha; professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do PPG-TEO da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Recebido em 10/11/2022
Aprovado em 23/11/2022